

O IMPACTO DA MONOCULTURA DA SOJA NA AGRICULTURA CAMPONESA: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE LEITE NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I – FETAGRI/MS



## O IMPACTO DA MONOCULTURA DA SOJA NA AGRICULTURA CAMPONESA: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE LEITE NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I – FETAGRI/MS

The impact of soybean monoculture on peasant farming: a study on changes in milk production in the Itamarati I - FETAGRI settlement/MS

Denise Camilo de Almeida  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD  
[decamilo27@gmail.com](mailto:decamilo27@gmail.com)

Rodrigo Simão Camacho  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD  
[rodrigocamacho@ufgd.edu.br](mailto:rodrigocamacho@ufgd.edu.br)

Cristiano Almeida da Conceição  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD  
[cristiano.conceicao014@academico.ufgd.edu.br](mailto:cristiano.conceicao014@academico.ufgd.edu.br)

Aceito em 05/06/2020

Recebido em 11/05/2020

**RESUMO:** Neste artigo, propomos estudar e responder algumas questões sobre a situação em que se encontra a forma de trabalho dos assentados na FETAGRI Grupo Sete, Bacia Leiteira, no assentamento Itamarati I - MS. O motivo pelo qual nos propomos a fazer a pesquisa foi para entender como pensam as pessoas que estão envolvidas nesse processo, qual é o impacto que a produção da monocultura da soja tem causado no grupo e o que tem levado os produtores a seguirem por este caminho. Em nossa metodologia fizemos um trabalho de campo com um roteiro de perguntas que facilitou a conversa com os entrevistados. Consideramos que este estudo será relevante para as pessoas que se interessam pelo debate da produção familiar e para entender a influência do agronegócio no assentamento Itamarati, Ponta Porã-MS.

**Palavras-chave:** Assentamento; Monocultura; Bacia Leiteira; Soberania Alimentar.

**ABSTRACT:** In this article, we propose to study and answer some questions about the situation in which the form of work of the settlers in the FETAGRI group seven in the dairy region in the Itamarati I - MS settlement is. The reason why we proposed to do the research was to understand how the people involved in this process think, what is the impact that the production of soy monoculture has had on the group and what has led producers to follow this path. In our methodology, we did a fieldwork with a script of questions that facilitated the conversation with the interviewees. We believe that this study will be relevant for people interested in the debate on family production and to understand the influence of agribusiness in the Itamarati settlement, Ponta Porã – MS.

**Keywords:** Settlement; Monoculture; Dairy region; Food Sovereignty.

## INTRODUÇÃO

A referida área da pesquisa a qual é objeto para esse trabalho, fica no Assentamento Itamarati I, conhecido por ser um grande projeto situado no município de Ponta Porã - MS. O assentamento em questão foi fruto da conquista dos movimentos socioterritoriais<sup>1</sup> e sindicais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (FETAGRI – MS) e a Associação das Famílias dos Antigos Moradores da Fazenda Itamarati (AMFFI).

O referente grupo estudado é composto de 32 famílias que vieram dos municípios brasileiros: Sete Quedas – MS e Icaraíma - PR e do Paraguai.

O objetivo da pesquisa é encontrar a resposta sobre o motivo das mudanças, que fizeram os assentados, com relação as formas de produção ao longo do tempo e verificar o tipo de cultura que vem sendo desenvolvida dentro das propriedades inicialmente destinadas a pecuária.

Mostraremos a realidade atual e o processo de transição que vem ocorrendo no Grupo Sete da FETAGRI, Pecuária Quatro (32 famílias), que no ano de 2002, tomou posse dos lotes escolhidos pelas famílias por afinidade com a pecuária.

No início, os assentados escolheram fazer parte desse grupo da bacia leiteira e se dedicarem a criação de gado de leite, por isso, foram sorteados com áreas maiores sem trabalho coletivo.

No início da criação do assentamento a vida não foi fácil, houve muitos percalços pelo caminho das famílias, o que os levaram a escolher outra forma de produção. Essa situação nos inquietou tentando entender o porquê isso aconteceu. Tentamos compreender o que tem levado os assentados deste grupo a deixar a produção de leite e se dedicar a lavoura, mas, precisamente, a monocultura do milho e da soja. Essa mudança nos incomoda porque entendemos que se trata de uma forma de produção que não é a mais indicada para uma pequena propriedade, já que a preocupação é de produzir para o mercado e não para o sustento da família.

Foi partir do ano de 2011 que se iniciou a produção para o agronegócio no grupo, esse tema está presente na entrevista dos assentados (que poderá ser explorado pelos interessados em saber o porquê dessas mudanças). Sobre a substituição da produção do leite e seus derivados para o milho e a soja, o que é possível de afirmar é que os assentados estavam insatisfeitos com o resultado alcançado com o trabalho que faziam, mas desdobraremos as características específicas deste assunto ao longo do texto.

---

<sup>1</sup> O conceito de movimentos socioterritoriais camponeses significa que estes movimentos conquistam e resistem em seus territórios, contra o latifúndio e o agronegócio (FERNANDES, 2005).

Iniciamos o texto com um histórico da reforma agrária para entender o que motiva as pessoas a ficarem tanto tempo na luta por um pedaço de terra, e as dificuldades para conquistar seus objetivos.

Apresentamos o histórico do assentamento e, por ser o maior do país, em sua composição estiveram presentes vários movimentos socioterritoriais, sendo que todos foram de grande importância dentro do contexto de desenvolvimento do assentamento.

Enfatizamos a importância do movimento na qual o grupo da pesquisa faz parte, FETAGRI – MS, pois é por causa deste que temos a possibilidade de desenvolver essa pesquisa, sobre os camponeses, a luta e a importância da agricultura camponesa e da Soberania Alimentar.

Esperamos contribuir com as famílias da comunidade por meio da pesquisa e os resultados alcançados, além de poder dar subsídio para que outros estudantes ou pesquisadores possam vir a conhecer essa realidade.

Certamente este artigo poderá ajudar a entender porque as pessoas, mesmo dentro do seu lote, área que tanto lutou para conquistar, decidem mudar a forma de trabalho de familiar para produzir ao agronegócio.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Como metodologia da pesquisa, utilizamos de artigos de periódicos, livros, dissertações e teses que tratam da questão agrária em Mato Grosso Sul e, mais especificamente, sobre o assentamento Itamarati.

Para desenvolver a pesquisa com os assentados fizemos um trabalho de campo no Grupo Sete Pecuária Quatro do assentamento Itamarati I - FETAGRI.

O primeiro passo foi a criação de um questionário semiestruturado com os tópicos mais importantes para o trabalho a fim de saber da realidade vivida pelos assentados e o que levou a mudarem suas práticas produtivas iniciais.

Após a organização do material fomos a campo e entrevistamos dez produtores de leite e da lavoura de monocultura de milho e soja.

Também, nos utilizamos de relatos vivenciados a partir da pesquisa-participante, tendo vista que a pesquisadora vive no assentamento e participa do grupo pesquisado.

A escolha deste local se deu pelo fato de ser onde vive a pesquisadora e pela inquietação em saber o que levou alguns assentados a mudarem as suas formas de produção.

## DISCUSSÕES E RESULTADOS

### A importância da soberania alimentar e a agricultura camponesa

A agricultura camponesa está sendo ameaçada com a implantação desse novo modelo para produzir, a monocultura, com máquinas pesadas, plantio direto, com pouca mão-de-obra, muitos defensivos químicos e sementes modificadas. O que ocorre é que estamos perdendo o direito de escolher o que produzir. Na verdade, o de produzir! Sem contar que dessa forma também não temos o direito de escolher o que consumir. Sendo assim não estamos garantindo a soberania alimentar. Segundo Camacho (2015) os territórios dos camponeses é que são responsáveis por produzir a base da alimentação da sociedade, e também para seu próprio sustento.

Os territórios camponeses são exemplos de relações socioeconômicas e culturais que tem como base principal na produção de alimentos para o sustento da família e a venda do excedente para o restante da sociedade. Entendemos a agricultura camponesa como sendo a principal forma de garantir a Soberania Alimentar e a produção agroecológica. (CAMACHO, 2015, p.9).

A monocultura com seu pacote tecnológico tem colocado a soberania alimentar em risco. Entretanto, os movimentos socioterritoriais têm questionado e alertado sobre os riscos que a monocultura traz a soberania alimentar da população, portanto, a diferenciação entre segurança alimentar e soberania alimentar é algo importante para o nosso debate, como afirma Santos:

Os movimentos sociais têm questionado o conceito de segurança alimentar, pois, acreditam que este não atende a toda a necessidade, pois, adéqua-se perfeitamente à lógica neoliberal ao não especificar a procedência dos alimentos. Nesse sentido, a produção alimentícia poderia vir de qualquer país sem especificar a forma de produção. Logo, retira o direito, por exemplo, de uma produção interna camponesa. O papel do camponês é fundamental na manutenção da vida do outro, porque ele produz para Soberania Alimentar e seu modo de vida produz equilíbrio social (SANTOS, 2012, p.4).

A agricultura camponesa cumpre um papel fundamental na produção de alimentos para que não falte na mesa das pessoas do campo ou cidade, é essencial para garantir a soberania alimentar. Sabemos que o questionamento dos movimentos socioterritoriais se dá devido ao modelo que é implantado no assentamento, pois vemos que a maior parte da produção não atende a agricultura camponesa e, sim, aos interesses do capital.

A agropecuária camponesa desenvolvida pelas famílias nas propriedades do Grupo Sete, praticamente, não existe mais. A bovinocultura leiteira vem sendo extinta uma a uma, e no lugar da bovinocultura foi substituída pela produção da soja e do milho

destinadas ao agronegócio. É desastroso ver em um assentamento onde se produzia para o sustento das famílias, ser invadido pela monocultura, tudo isso porque os pequenos produtores não encontraram outro meio para garantir renda. Nesta monocultura, tudo que se produz é destinado às grandes empresas, para o assentamento nada fica, apenas a destruição do meio ambiente, com o uso de agrotóxicos e insumos. Neste sentido, podemos citar o caso de 2010 em que o uso do agrotóxico Fipronil causou a morte de abelhas dando um grande prejuízo aos produtores de mel. Sobre o assunto, vejamos a reportagem do jornal Capital News.

Apicultores perderam quase 40 caixas de criação de abelhas por conta do uso de forma desordenada e involuntária de agrotóxicos à base de Fipronil em uma área de plantio, no pivô A-15, próximo ao córrego Lajeado, na comunidade Monte Rico (Fetagri) do Itamarati I. O prejuízo gira em torno de R\$ 10 mil. Além disso, os apicultores vão demorar cerca de um ano para recompor seus enxames para produção de mel, que já é comercializado na região. (JORNAL CAPITALNEWS, 2010, não paginado).

No início, logo após os cortes dos lotes, na fundação do assentamento, algumas famílias iniciaram a produção da agroecologia, no entanto, isto vem diminuindo drasticamente. Por isso, se faz necessário uma tomada de consciência dos problemas sociais e ambientais que este modelo de produção acarreta para as gerações futuras no assentamento.

### **A Reforma Agrária no estado de Mato Grosso Do Sul.**

A luta pela terra iniciou-se pela vontade do povo do campo de Mato Grosso do Sul e dos estados vizinhos em sair de uma situação incômoda, ou seja, de trabalhar para os grandes proprietários “amansando a terra”, como dizia os arrendatários, para que os fazendeiros, depois que a mesma tivesse preparada para o plantio, a retomassem para fazer pastagens. Dessa forma, os Sem Terra que arrendavam, não conseguiam ter benefício com seu trabalho, na verdade, muitas vezes, pagavam para trabalhar. De acordo Terra (2009), os Sem Terra começaram a se organizar no estado, nos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquarussu, Bonito e Glória de Dourados e lutar para conquistar a terra.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), vendo a situação que muitas famílias estavam vivendo no estado de pobreza e sabendo que a saída para essa situação era reforma agrária, reuniu as pessoas que se mostraram interessadas para lutar e começou a organização dos acampamentos no estado. Um marco importante da luta pela terra no Estado foi à organização dos brasiguaios para ocupar a Fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema. Na verdade, não foi uma ocupação fácil, mas a partir desta ocupação que surgiu o assentamento da Padroeira do Brasil, no qual significou uma grande conquista histórica, abrindo portas para a luta de outros grupos de Sem Terra pelo estado. A partir deste acontecimento, muitos outros assentamentos começaram a ser conquistados em Mato Grosso do Sul (FABRINI, 2008).

Mesmo com esta conquista, à reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul não avançou, pois, as promessas feitas pelos representantes políticos não saíram do papel. De acordo com Almeida (2003), o Plano Nacional de Reforma Agraria tinha a



previsão de assentar 90 mil famílias, entretanto, no governo Sarney, foram assentados somente 6% do montante prometido. A autora ainda afirma que a segunda fase da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul criou uma expectativa enorme entre os Sem Terras, em especial, aos brasiguaios que estavam retornando:

A segunda fase (1986-1990) corresponde à implantação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Esta fase é identificada pela crescente expectativa de acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais sul-mato-grossenses, bem como dos brasiguaios, já que “no dia 14 de junho de 1985 acamparam as primeiras famílias de brasiguaios, na Praça de Mundo Novo”. (ALMEIDA, 2003, p.133).

Os brasiguaios, juntamente com outros Sem Terras, se reuniram para mostrar que eles precisavam de terra e estavam dispostos a lutar por ela. De acordo com Fabrini (2008), pode-se afirmar que foi dado um grande salto na luta pela terra no estado, pois os movimentos socioterritoriais começaram a se organizar em acampamentos e passaram a pressionar o governo dando prosseguimento na conquista da terra. Mas, não pensem que foi fácil essa luta, e que a conquista já era dada como certa, muita gente pagou o preço com a vida para que outros conquistassem um “pedaço de chão”. Depois da conquista, muitos ainda pagaram um alto preço, ficando sozinhos no meio de grandes fazendas, cercados do interesse dos grandes produtores, enfim, não faltou desafios que fizeram com que muitos desistissem.

Para entendermos a questão agrária em Mato Grosso do Sul, é necessário explicar que historicamente no estado existe uma grande concentração de terra nas mãos de poucos, este fato se explica porque a classe política dominante beneficiou os grandes proprietários de terra. As terras devolutas foram concedidas, doadas e vendidas aos latifundiários ou as empresas capitalistas, e o responsável por este processo era próprio Estado. Estas decisões serviram para conseguir estabelecer os latifundiários como classe hegemônica do estado (FABRINI, 2008).

Fato importante de nossa história agrária é que no antigo sul do Mato Grosso, a Companhia Matte Laranjeiras não permitiu o desenvolvimento das pequenas propriedades, pois tinha o controle de monopólio da terra de toda a região e impunha condições de trabalho precárias aos seus funcionários.

O sul do estado mais parecia um território ocupado. O confronto do governo federal com a Cia. Matte Laranjeiras, por sua vez, é e servia como um muro de proteção à chegada de migrante vinda do sul do país, o que dificultava a colonização dessa parte do estado. O fim dos arrendamentos com a Matte mudou significativamente o panorama, mas do modo que a política governamental queria. (LENHARO, 1986, p. 1-2).

Com este panorama histórico de concentração de terras, chegamos nos anos 1980 com uma grande quantidade de Sem Terra, que buscaram alternativas para ter acesso a terra. Os vários grupos de camponeses surgiram com estratégias diferentes para obter êxito na luta contra o latifúndio. Assim, foi se formando os movimentos socioterritoriais e sindicais, baseando-se em ações de alguns movimentos revolucionários do passado. Sem dúvida, estes movimentos foram os responsáveis pela conquista do direito a terra.

Os principais movimentos socioterritoriais e sindicais camponeses que iniciaram a luta pela terra no estado foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI-MS), ligada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Unica dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por meio da ação destes movimentos camponeses, muitas pessoas puderam conquistar seu pedaço de terra, e mais do que isso, a sua dignidade. Além da importância no avanço da reforma agrária, também conquistaram o direito a educação, saúde e moradia, enfim, uma vida digna.

Os movimentos socioterritoriais camponeses entenderam que não bastava apenas ter o acesso a terra, era preciso criar condições para se manter nela. Durante esse período de luta foi possível ver muitas mobilizações dos movimentos socioterritoriais em busca dos seus direitos enquanto cidadãos desse país. Ficava claro nas mobilizações que os acampados lutavam pelos assentados e seus direitos, também, já que os mesmos estavam na terra e precisavam de condições para se manter e produzir, pois isso é um ciclo que terá sequência com outros acampados que virão e assim dará continuidade na reforma agrária. Foi realmente essa luta que fez com que acontecesse uma grande mudança nos projetos de reforma agrária para poder beneficiar os Sem Terra desse país, e que está em busca de um pedaço de terra para dizer que é só seu.

De acordo com David, Waniez e Brusttein (1997, p. 51), para que a reforma agrária seja um programa...

Que busque transformar as condições de vida de seus beneficiários deve estar inserido em uma estratégia produtiva que assegure a sustentabilidade desta agricultura. Esta deve ser pensada não somente como meio de sobrevivência das famílias, mas, principalmente, como fonte geradora de excedentes que assegurem novos investimentos e permitam a ampliação da produção e da produtividade da agricultura brasileira.

O objetivo do assentado é ser auto-suficiente dentro da sua propriedade, mas para isso não pode parar de lutar, pois só há conquista na luta. A reforma agrária é o caminho para ter uma vida melhor. A verdade é que a meta de criação de assentamentos que os vários governos prometeram durante muitos anos nunca foi cumprida, mas a cada ano que se passou os movimentos, através das mobilizações, ocupações e acampamentos, conseguiram conquistar o acesso a terra.

Vamos avaliar sobre como ficou a questão da conquista dos assentamentos durante alguns governos em nosso país dos anos 1960 à meados dos anos 1990:

**Tabela 1** - Número de famílias beneficiadas pelos programas de Reforma Agrária dos anos de 1964 a 1997.

Período	Governo	Família beneficiada por programa de colonização	Família beneficiada por assentamentos de R.A.	Total de famílias beneficiadas
1964- 1984	Regime autoritário	115 mil	—	228.0
1985– 1995	Sarney Collor e Itamar	—	125.6	125.6
1994 – 1997	Fernando Henrique	—	125.9	125.9

Fonte: DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette., 1997.

Analisando esses dados podemos perceber que nunca houve interesse por parte dos nossos governantes em distribuir as terras improdutivas e devolutas do nosso país com aqueles que busam um pedaço de terra para trabalhar e sustentar a família, foram muitos anos de luta para que um grupo muito pequeno de pessoas conquistassem a terra para plantar e ter de onde tirar seu sustento.

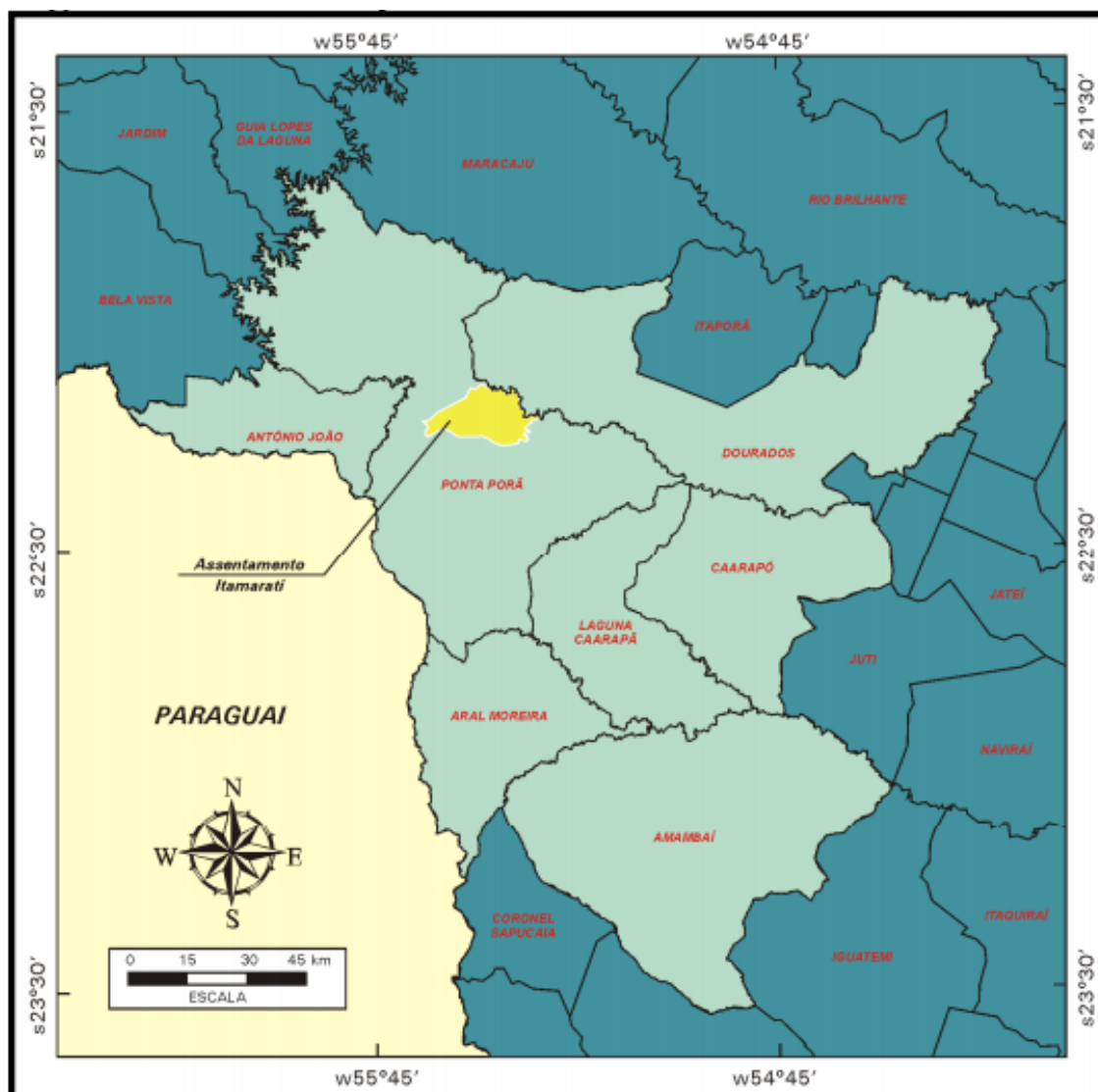
O governo federal que, em certa medida, encontrava-se desgastado, procurou desenvolver ações mais efetivas para dinamizar a criação de assentamentos rurais, visando evitar a eclosão de graves conflitos agrários. A medida tomada foi desenvolver novos projetos de assentamento em todo o país, muitos deles sem a necessária estrutura para fornecer boas condições de vida às populações locais, resultando em problemas sociais irreversíveis para essas comunidades, bem como em severos danos ambientais. Nesse contexto, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foram criados 53 assentamentos, cuja soma das áreas corresponde a aproximadamente 209.105 hectares, abrigando 7.538 famílias. (TERRA, 2009, p.100).

Sabemos que os grandes latifundiários deste país estão preocupados em produzir apenas no modelo agrário-agrícola, monocultura-agrotóxicos-exportação, do agronegócio, o que faz com que consideremos que um país como o nosso precise levar mais à sério a reforma agrária, pois precisamos produzir alimentos para que não falte na mesa de nenhum brasileiro no campo ou cidade. Mesmo tendo posse da menor parte da terra na produção agrícola, os pequenos agricultores são responsáveis por quase toda a produção de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros. Mas, em nosso país, se faz pouco pela reforma agrária enquanto muito tem se investido no agronegócio, substituindo a prioridade da produção de alimentos da agricultura camponesa, pela monocultura de commodities, colocando em risco a Soberania Alimentar.



### **A transformação da Fazenda Itamarati em assentamento**

A Fazenda Itamarati, de propriedade de Olacyr Francisco de Moraes, localizada no Sul do estado de Mato Grosso do Sul, município de Ponta Porã, tinha sua sede cerca de 50 km da cidade de Ponta Porã (Figura 1). Seu objetivo era a produção da agricultura e pecuária com uma infraestrutura capaz de industrializar a produção, do qual, saía direto para a comercialização. A fazenda contava com as melhores tecnologias que existia para a produção. Iniciaram-se os plantios de grãos (soja) numa área de 25 mil hectares no ano de 1975, depois veio o trigo, como a segunda cultura introduzida na fazenda. Rapidamente, a fazenda ampliou sua área de produção, passando para 50 mil hectares em 1978, aumentando seu plantio de grãos, tornando-se a maior produtora de soja no país (SALMAZO; NARDOQUE, 2012).



**Figura 1** – Localização da Fazenda/Assentamento Itamarati.  
**Fonte:** Fundação Cândido Rondon apud SALMAZO; NARDOQUE (2012).

No ano de 1980, foram implantados 50 pivôs, sistema de irrigação com equipamentos modernos, usados para produções em grande escala nas agriculturas mais modernas do mundo. Entre 1980 e 1990 já estavam instalados na fazenda 118 pivôs centrais cobrindo toda a área de cultivo para venda em grande escala. Para obter sucesso, a fazenda contava com o que de tinha mais moderno no mundo das tecnologias, tanto nas máquinas como nas técnicas de produção, com pessoas capacitadas, com técnicas vindas dos Estados Unidos. No ano de 1985, a estrutura da fazenda se organizava da seguinte forma: 3000 hectares de pastagens para o gado; 9.000 hectares de matas ciliar ao lado dos mananciais e rios; 38.000 hectares de terras para agricultura com correção de solo, e curvas de nível, com destaque para a cultura da soja, trigo irrigado, arroz, algodão, feijão e sorgo que abastecia mercados da região. Tinha uma área para criação de gado bovino de corte, suínos e cavalos. Também,

destilaria de álcool para abastecer seus veículos e fábrica de ração (SALMAZO; NARDOQUE, 2012).

Devido “suas características de mecanização, extensão e forte investimento em pesquisa, a Itamarati se transformou em modelo e centro mediador de modernas tecnologias agrícolas no Estado e no País”. (SALMAZO; NARDOQUE, 2012, p. 4).

A fazenda Itamarati, imóvel pertencente ao grupo Itamarati, durante as décadas de 70 e 80, foi a maior produtora de soja do Brasil, e seu dono Olacir, ficou conhecido como o “rei da soja”. A mesma era modelo no uso de tecnologias para a produção na agricultura, como: irrigação, fertilizantes, agrotóxicos e um investimento muito alto no setor de produção. Segundo Terra (2009, p.69):

Assim, a fazenda de 50.000 ha nasceu sob o signo de um megaempreendimento e com a função específica de tornar-se agroexportadora de *commodities*, dentro de um processo de capitalismo concorrencial, com base produtiva numa grande propriedade territorial em que se aplicam incorporação intensiva de capital, recursos tecnológicos variados (sementes especiais, pesquisas, insumos e maquinários modernos) e mão de obra assalariada qualificada e setorizada.

Toda essa produtividade levou a fazenda Itamarati a ser destaque nacional, fazendo com que vários grupos de empresários e agropecuaristas mostrassem interesse para implantar esse modelo. Mesmo com todas essas regalias e infraestruturas, parte da fazenda Itamarati foi adquirida pelo Banco Itaú por causa das dívidas contraídas, e a fazenda foi hipotecada como garantia na falta de quitação dos débitos. No ano de 2000, no mês de dezembro, a Fazenda foi repassada ao Banco Itaú, representada por sua subsidiária Tajyre S/A Agropecuária, para cobrir parte das suas dívidas que se acumularam ao longo das décadas. Como explica Ademir Terra:

Desde então o banco vinha tentando encontrar interessados no negócio, o que revelou uma tarefa árdua, primeiro, porque a Fazenda Itamarati era colossal, depois, porque na região onde estava localizada, os maiores negócios com terras giravam em torno de 5 milhões de reais. Além disso, pesou o fato de o mercado ter se arrefecido muito em Mato Grosso do Sul, em razão do aumento do número de ocupações, como resultado do recrudescimento da luta pela terra no estado. Sem solução à vista, o Banco Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDAs) (TERRA, 2009, p. 81).

Para evitar a ocupação por partes dos Sem Terra, o Banco Itaú fez uma oferta um pouco abaixo do preço que havia pago em parte da fazenda ao Governo Federal ao preço de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), então, o governo acabou adquirindo a fazenda para assentar as famílias que se encontravam acampadas em vários municípios do estado (TERRA, 2009).

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), em dezembro de 2000, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adquiriu 25.000 hectares, ou seja, metade da área da fazenda Itamarati da Tajyre S/A Agropecuária. Sendo que o pagamento seria feito em quinze anos com Títulos de Dívidas Agrárias (TDAs). A partir das negociações envolvendo o Banco Itaú, MDA e o governo do estado, deu-se início ao assentamento Itamarati, um projeto muito audacioso que pretendia assentar 1.143 famílias, todos no sistema de cooperação. Para decidir quem teria o perfil de trabalhar e viver coletivamente, foram feitas reuniões nos acampamentos da FETAGRI, MST e CUT, que mandaram famílias para serem assentadas na Itamarati, explicando que grande parte das propriedades seriam no sistema coletivo. Ficou claro para as famílias que para o projeto dar certo contava-se com participação e a responsabilidade de todos, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento social e econômico (PDA, 2002).

### **O Assentamento Itamarati I – Grupo Fetagri**

Segundo Sorrihla Irala (2009), o espaço físico do Projeto de Assentamento Itamarati I foi adquirido pelo INCRA da Tajyre S/A Agropecuária em dezembro de 2000 e incorporado como patrimônio do INCRA em maio de 2001 e está cadastrado no INCRA sob nº. 913.154.011.606-7. Está localizado ao lado direito da rodovia MS – 163, sentido Dourados.

Com uma área de 25.000 hectares, na parte da fazenda Itamarati, hoje assentamento Itamarati I, estão assentados 1.143 camponeses advindos dos seguintes movimentos socioterritoriais: FETAGRI, MST, CUT e Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI). Todos eles participaram, junto ao INCRA, da proposta de estruturação e desenvolvimento do Assentamento Itamarati I, com intuito de construir um lugar melhor de se viver. Nas palavras de Ademir Terra:

[...] Itamarati I que contemplou 1.143 famílias em quatro grupos sociais diferentes distribuídas da seguinte maneira: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) está representado por 320 famílias, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) com 395 famílias e a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) com 150 famílias (2009, p. 13).

A fazenda que durante muito tempo foi modelo para o agronegócio na exploração agrícola de escala empresarial, fortemente apoiada no uso intensivo de tecnologia de ponta, passa a ser território da agricultura camponesa com o processo de reforma agrária. Entretanto, as famílias que foram assentadas no modelo coletivo, culturalmente, não estavam preparadas para viverem desta maneira.

Ao perceberem que precisavam de uma mudança, alguns assentados, em pequenos grupos, começaram iniciativas de transformação no sistema produtivo como: derivados do leite, compotas, aperitivos de amendoim, soja orgânica, algodão orgânico e maracujá, a grande maioria com incentivos da Associação dos Produtores

Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS) e com auxílio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do MS (AGRAER) que têm como função, trabalhar em prol do desenvolvimento dos assentados, visando à geração de renda e melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas, mas por não estarem organizados, poucos assentados conseguem desenvolver algum projeto profícuo.

O Grupo FETAGRI advém da luta sindical que, em Mato Grosso do Sul, nasceu graças à dedicação e luta em conjunto com os sindicatos da época. Almeida (2003) afirma que foram dez sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), um grupo expressivo de organizações sindicais preocupados com a situação da reforma agrária no país. Sua fundação se deu em 13 de fevereiro de 1979. De acordo com Silva (2001 apud ALMEIDA, 2003, p.151-152) as principais bandeiras de luta dos STRs/FETAGRI/CONTAG são:

Reforma Agrária: é entendida como instrumento de uma política agrária abrangente que priorize o desenvolvimento do modelo familiar de agricultura.

Assalariados Rurais: luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas.

Política Agrícola: o “Grito da Terra Brasil” tem representado a organização dos agricultores familiares resultando em negociações para a conquista de linhas de créditos como o PRONAF.

Previdência Social: luta pela Previdência Social Rural.

Educação e Saúde: levar cursos de alfabetização para jovens e adultos e estimular a formação de agentes de saúde.

Qualificação Profissional: a partir de 1996, a FETAGRI/MS passou a atuar na qualificação profissional dos trabalhadores rurais, através da parceria com a Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho, com recursos do FAT/MTb. (SILVA apud ALMEIDA, 2003, p. 151-152).

A organização da FETAGRI no assentamento Itamarati I está bastante diversificada, com famílias em áreas coletivas e grande parte das propriedades nos pivôs, outra parte na área de lotes individuais chamada de bacia leiteira. Para fundamentar como foi feita a distribuição dos lotes, vejamos o que diz Nogueira:

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura está representada no Assentamento Itamarati I por 395 lotes. As famílias estão distribuídas em 28 grupos e ocupam uma área total 7.964,08 ha no Assentamento. Sendo esse o movimento mais numeroso e heterogêneo, coube-lhe a maior área e, também, a mais diversificada, possuindo 15 unidades de pivô, a partir dos quais 15 grupos coletivos de área irrigada, constituídos de 9 à 12 famílias cada, sendo que a área irrigada para cada família equivale a 9,5 ha, e área de sequeiro individual é de 3 ha. (2011 p.78-80).

O assentado F<sup>2</sup>, que vem na luta há muito tempo como sindicalista, disse durante a entrevista que essa foi uma conquista dos STRs juntamente com a FETAGRI. Ele diz

---

<sup>2</sup> Usamos as iniciais do entrevistado para manter o anonimato.

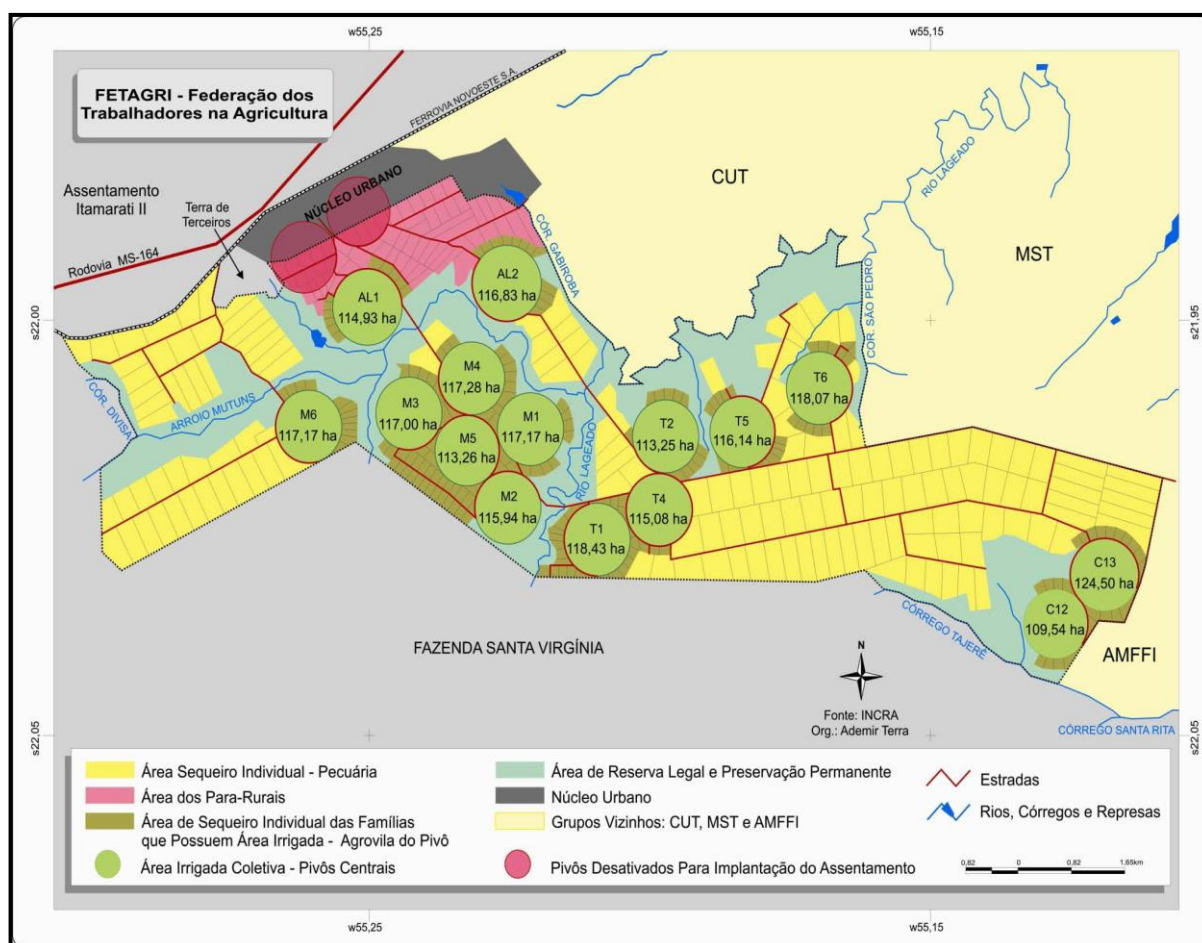


que a negociação não foi fácil, mas os objetivos que passamos a eles fez com que entendessem que isso seria muito importante, e assim surgiu a bacia leiteira.

No início, o INCRA, juntamente com os movimentos, tinha pensado em fazer um assentamento de coletivos, não era para ser formados grupos com áreas individuais, como afirma Ademir Terra (2009, p. 109):

Todas as referências feitas ao modelo de gestão do Assentamento Itamarati, as oficiais, conta de que esse modelo é coletivo, muito embora não o seja de fato, uma vez que se trata de um modelo semicoletivo, pois muitas famílias receberam um lote individual e outro coletivo, existindo até mesmo famílias que receberam apenas a área individual.

E para representar esse sistema de divisão da terra, inserimos o mapa representando a divisão da FETAGRI na figura 2.



**Figura 2** – Mapa da área do Grupo FETAGRI no assentamento Itamarati

Fonte: Terra (2009).

A maioria das pessoas que formam o Grupo Sete da Pecuária Quatro<sup>3</sup> são oriundas da cidade de Sete Quedas - MS, uma realidade afirmada por todos é que trabalhavam

<sup>3</sup> Grupo Sete da Pecuária Quatro, esse nome se deu por sorteio.

na agricultura, até mesmo aqueles que tinham uma outra atividade para complementar a renda da família, muitos tinham vacas que trouxeram e foram adquirindo outras através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A)<sup>4</sup>.

É interessante relatar que, no início, todos os que acessaram o PRONAF e o PRONAF mulher, fizeram a compra de gado por preços abusivos e, com isso, não conseguiram ter sucesso e a maioria, por esse motivo, ficou inadimplente e não conseguiram mais acesso aos créditos no banco, além de viverem com o “nome sujo” para outros negócios.

A área destinada à bacia leiteira do grupo Fetagri está localizada no local muito conhecida pelos assentados por áreas de sequeiros e as áreas de pastagem, já que a fazenda produzia a carne e o leite que abastecia os funcionários.

Desde a formação do assentamento, a FETAGRI possui área sequeira, voltada à prática da pecuária, destinada a 97 famílias divididas em 7 grupos, porém, esses grupos são constituídos apenas para a socialização, pois trabalham de forma individual, de maneira que não têm a obrigatoriedade de acessar os recursos do PRONAF sob forma coletiva. Essa área foi destinada a famílias que pretendiam desenvolver a pecuária. Elas já sabiam que tal área não era irrigada e estava longe de recursos hídricos, por isso deu-se, em sua maioria, para pecuária leiteira. (NOGUEIRA, 2011, p.80).

### **Desafios encontrados pelos produtores de leite do Assentamento Itamarati I**

A pesquisa realizada teve como foco o Grupo Sete da Pecuária Quatro na área da FETAGRI, formado por 32 famílias, que não se estabeleceram no local por acaso, houve uma discussão muito ampla com todos sobre como seria o trabalho para que todos ficassem cientes dos desafios que iam ter que enfrentar<sup>5</sup>.

As famílias que foram assentadas na área que foi destinada a bacia leiteira no assentamento Itamarati I, no ano de 2002, escolheram a pecuária por terem afinidade com esta atividade. No início da atividade, todos os assentados encontraram muitas dificuldades, pois o lugar não oferecia infraestrutura adequada: as estradas eram de difícil acesso para chegar até o produtor; não tinha energia, então, o produto tinha que ser escoado todos os dias, se não estragava; as empresas vinham de longe para buscar o produto e pagavam mal, por este motivo, muitos produtores preferiam fazer o queijo e vender em Ponta Porã ou para os vizinhos em troca de outras mercadorias que eles precisavam. Além do queijo, fazia-se doces, e grande parte dos derivados do leite que eram feitos pelos assentados, vendiam em Ponta Porã ou no Paraguai, em Pedro Juan Caballero (município que está na fronteira). Quando não perdiam o produto na fiscalização, por ser uma produção sem nota, produzida de forma

<sup>4</sup> É um programa com projetos destinado aos assentados para que possam adquirir implementos e animais para geração de renda da família.

<sup>5</sup> Essa discussão observamos *in locus* pelo fato de a pesquisadora ser uma das camponesas assentadas e fazer parte desse grupo.

artesanal, sem regularização da vigilância sanitária, muitas vezes, seu produto era apreendido no posto fiscal. Ouvimos relatos de assentados que, para não perder a mercadoria, davam uma peça para o fiscal quando conseguiam fazer amizade, tinham que fazer isso, pois precisavam vender seu produto para comprar comida e garantir o sustento da família.

Constatamos em nossa pesquisa que no grupo de 32 famílias, apenas 13 continuam na agropecuária com o leite ou gado de corte. Sobre a origem dos entrevistados constatou-se que 70 % são vindos de Sete Quedas, Paraná; 20 % do Corpo Cristo, Paraguai; 10% de Icaraíma, Paraná.

Sobre o que fazia antes de vir para o acampamento e conquistar a terra no assentamento Itamarati, foram muitas situações de trabalho pelo qual disseram ter passado. Dois dos entrevistados arrendavam e moravam em terras do Paraguai, na cidade de Corpo Cristo, plantava roça como milho, arroz, feijão, e alho para vender. O presidente sindicato de Sete Quedas tem uma história de luta pelo sindicato e pelo movimento da FETAGRI desde 1988. Temos ainda, destre as profissões antes de ser assentado: um mecânico, um caseiro de uma chácara, um motorista de ônibus escolar na prefeitura de Sete Quedas, um plantador de alho que tinha uma caminhonete para fazer frete, segundo o mesmo, era para complementar a renda familiar, e alguns que trabalhavam na roça como diaristas para se sustentar.

Buscamos saber se todos vieram de acampamentos e se foram acampados por muito tempo. A resposta foi a seguinte: que ficaram acampados por dois anos, uma das exigências para ser assentado, pois era preciso provar que merecia um pedaço de terra e que tinha afinidade para lutar com a mesma. Disseram que esse tempo foi muito difícil, mas foi importante para a conquista, pois tinham a liberdade de sair durante o dia para trabalhar, mas alguns ficavam no acampamento cuidando e informando os outros sobre o que estava acontecendo na reforma agrária. Participavam nas mobilizações sempre para mostrarem que ninguém estava sofrendo nos barracos de lona porque gostavam.

Sendo perguntados se era o primeiro dono do lote. A resposta de todos foi que sim, pois era um sonho e que, apesar das dificuldades que enfrentaram, nunca tiveram intenção de vender a sua propriedade, como muitos já fizeram e hoje estão sem nada, morando de favor no lote de outros assentados.

Na pergunta: por que motivos vieram para o assentamento Itamarati? Os entrevistados foram unânimes em dizer: por causa do sonho de ter um pedaço de terra que fosse da gente mesmo. Os que vieram do Paraguai, conhecidos como brasiguaios, disseram que sonhavam em vir para o Brasil para que os filhos pudessem estudar, e se não fosse através da reforma agrária, não teriam condições de ter sua terra. Jam ter que viver a vida toda em outro país cuidando do que é de outros, na terra arrendada. Disseram que ser dono da própria terra, era um sonho “poder chamar de minha”, poder fazer o que quisesse; plantar, criar animais, sem ter que pedir autorização ao patrão, “já imaginou”, ressalta um assentado.

Alguns dos camponeses entrevistados responderam que a conquista da terra foi à realização de um sonho, que ao conhecer este lugar ficaram encantados pela

qualidade da terra. Um assentado usou a seguinte expressão: “cresci os olhos por esse lugar”. Esse entrevistado fez parte de todo o processo do assentamento, foi presidente da FETARI, ajudou a trazer para o assentamento Itamarati I 159 famílias cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sete Quedas e do Paraguai pela FETAGRI. As famílias vieram juntas do acampamento e foram assentadas pelo INCRA, 3 filhos, 1 irmão, 1 cunhado. Disse que o sonho da família, assim como o dele, era poder produzir para sustentar a família, e a saída, era a reforma agrária.

Com relação às principais dificuldades encontradas na produção de leite, todos responderam que, no início, não foi nada fácil, primeiro por causa da dificuldade de escoar o produto, por não ter um laticínio perto e as condições precárias das estradas. Falaram também que o custo para produzir não era compensatório pelo valor pago pelo litro de leite. O lucro era muito pequeno e não dava para investir em uma reforma das pastagens e, com as pastagens em péssimas condições, a produção caiu, não tendo renda para a família se manter e nem como manter a produção. Começaram a deixar esse modelo de produção arrendando as terras para o cultivo da soja e do milho e foram para a usina de cana-de-açúcar ou trabalhar em forma de diárias para os arrendatários.

Com o intuito de saber como os assentados são assistidos, perguntamos se recebem apoio de algum órgão do governo, como, por exemplo, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Todos responderam que não tem um bom atendimento, só quando procuram a instituição que são razoavelmente atendidos. Disseram que no início do assentamento havia o Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul MS (IDATERRA), que ainda vinha até os produtores para dar assistências, mesmo que de forma precária, mas atendiam. Depois mudou para a AGRAER, que dá apoio, mas falta investimento do governo para que possam desenvolver um bom trabalho. Citaram, também, a associação CRESCER<sup>6</sup>, mas o apoio é bem menor, já que a gerência atende a interesses de grupos restritos. Outros responderam que só a AGRAER está prestando assistência, mas que é muito pouco diante dos problemas encarado pelos assentados.

Como estávamos falando de assistências, perguntamos se fazem parte de alguma cooperativa ou associação. A maioria dos entrevistados responderam que não, disseram que as cooperativas não tratam a todos da mesma maneira, se fecham com um grupo, enquanto outra parte, só se “dá mal”. Apenas 1 respondeu que fazia parte, atuando como o presidente, mas disse que era há um tempo atrás quando o grupo estava organizado.

Questionados sobre se há facilidade na comercialização do leite, daqueles que continuam produzindo para o mercado, apenas 1 entrega o leite em in natura, os outros produtores fazem o queijo e vendem nos municípios de Ponta Porã e Dourados. Outros 2 camponeses, entregam o queijo para outros assentados que produzem e compram de outros produtores para revender na cidade. Disseram que com a

---

<sup>6</sup> O seu objetivo é “Ir ao encontro do outro promovendo a saúde, a redução de riscos e a inclusão da pessoa em situação de vulnerabilidade através de projetos de intervenção na comunidade”. Disponível em: <<http://crescer.org/a-associacao/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.



produção de queijo conseguem uma renda maior, e podem aproveitar o soro do queijo para alimentar os porcos.

Outra questão feita a eles, que é de grande importância para entender sobre o sistema de produção de leite e derivados e a renda obtida, foi a seguinte: Qual é o valor pago por litro de leite? Apenas 1 produtor respondeu que entrega o leite no resfriador, disse que o valor pago no último mês foi de 1 real por litro, mas o preço do litro fica entre 0,90 centavos e 1 real. Os produtores que fazem queijo, disseram que para produzir 1 Kg, precisam em torno de 10 litros de leite, custando de 14 a 15 reais, pois o litro do leite fica em torno de R\$ 1,50. A renda é baixa, mas ainda assim disseram que compensa mais.

Mesmo sabendo que poucos desses produtores tiravam leite para o comércio, mas que antes era a atividade principal de todos, a questão seguinte foi: Qual é a renda obtida com a produção de leite? A produtora que entrega o leite in natura deu a seguinte resposta: depende da produção, do quanto será gasto com o trato do gado, com remédio, por exemplo, e que valor vão pagar por litro. Diz que as empresas pagam como querem, quando estão produzindo mais, pagam menos, e quando estão com pouca produção, pagam mais, sendo assim, sempre perdem. Com a sua produção tem uma renda mensal que varia entre 3000 e 3500 reais, não sendo fixa. Sobre os produtores de queijo, não souberam precisar um valor mensal, o que disseram foi que, pelo tanto que produzem, se fossem vender in natura, não conseguiriam obter a mesma renda.

Sobre as principais dificuldades encaradas pelos assentados na produção e comercialização do leite, as respostas foram: o preço sempre muito abaixo, a dificuldade para escoar o produto, o valor alto pago na ração e no remédio<sup>7</sup>, além da dificuldade com a pastagem porque a recuperação é muito lenta.

Com relação a produzirem para sustentar a família e os animais, disseram plantar uma área que varia entre meio até três hectares de milho, mandioca, feijão e outros produtos alimentícios para suprir as necessidades.

Uma questão muito relevante da pesquisa foi a seguinte: O que levou alguns produtores a substituírem a forma de produzir, saindo da agropecuária e indo para a produção de monocultura? As respostas foram variadas, sendo um grupo de 32 produtores, 33% ainda trabalham com a pecuária, nem todos com a produção de leite, 17 % com o leite e a monocultura (soja e milho). Disseram que não substituem toda a área, continuam com uma parte de gado para o leite e uma parte com o cultivo, fazem isso porque, caso não dê certo uma produção, poderão contar com a outra. Sendo compreensiva essa reflexão, pois de alguma forma vão poder ter uma renda. Isto mostra a flexibilidade da agricultura camponesa que se diferencia do agronegócio.

Os outros 50% dos assentados estão com toda a área de monocultura, sendo arrendada ou plantada pelo assentado. Um dos entrevistados disse que a substituição se deu por causa da saúde, segundo assentado W, o filho estava empregado, a sua esposa com marca-passos no coração, ele com um problema na coluna, que dificulta

---

<sup>7</sup> Esta é uma forma de o capital se apropriar de uma parte da renda camponesa.



o trabalho com o gado, por isso, decidi arrendar a terra por não ter como continuar trabalhando com o gado. Outra situação foi a seguinte, respondeu à assentada: “sou viúva e não posso continuar cuidando do gado, por isso, achei mais fácil acabar com o gado e arrendar a terra para o cultivo da soja e milho”. Uma das que produzem a monocultura disse que “prefere plantar, pois dá menos trabalho e tudo fica mais fácil, por ser feito o trabalho com máquinas”. Com um dos assentados a resposta foi a seguinte: “vou ter mais tempo e posso tocar mais área que pego arrendada dos meus vizinhos e, assim, posso ter um lucro maior e melhorar a minha condição de vida”<sup>8</sup>.

Sobre a questão de quem é responsável por “tocar” o lote, se é o próprio dono ou foi arrendado? Dos entrevistados, alguns disseram que são parceiros das pessoas que plantam. Usaram o termo de parceria por dizer que assim fica mais fácil de conseguir negociar com as empresas. A maioria dos arrendatários recebem uma renda que varia entre dez a quinze sacas da soja pela safra das águas (verão) e a safrinha (milho) no inverno. Dessa maneira, muitos que arrendaram dizem que a diferença é que vai pegar todo o dinheiro de uma só vez. Outra situação colocada pela maioria é que vai poder trabalhar fora, e ter uma renda extra para fazer alguma coisa, disseram que assim conseguiram poupar o dinheiro da renda para, possivelmente, comprar um carro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos ter alcançado o objetivo com o trabalho desenvolvido, além de ter a certeza que este cumprirá seu papel diante da comunidade e dos acadêmicos ao refletirem sobre os resultados. Foi possível entender o porquê das escolhas feitas pelas famílias sobre o que cultivar na sua propriedade, pois os entrevistados disseram os motivos que os levaram a tal escolha.

Em síntese, metade dos 32 assentados do Grupo Sete Pecuária Quatro – FETAGRI, escolheram a cultura do monocultivo, por entenderem que assim poderiam ter uma renda suficiente para se manterem no assentamento, sem ter que sair para outro lugar (expropriação) em busca de condições melhores de vida.

A outra metade dos assentados, continuaram a produção do leite em, pelo menos, uma parte do lote, por considerarem importante poder contar com outra forma de renda e complementar as necessidades de autoconsumo da família. Estes, portanto, continuam reproduzindo seu modo de vida por meio da prática da agricultura camponesa, com trabalho familiar, produção de alimentos para o autoconsumo e venda do excedente. Contemplando o tripé do campesinato como modo de vida e classe social/territorial: terra-família-trabalho.

Sendo assim, podemos afirmar que o resultado é satisfatório dentro do que esperávamos com a pesquisa de campo. Tendo outra oportunidade de fazermos um estudo dentro desse tema, avançaríamos muito, a começar pelo tempo de trabalho de

---

<sup>8</sup> Estas narrativas demonstram o processo de diferenciação social da classe camponesa, pois neste caso, se transformaram em proprietários de terra, cuja fonte de renda não vem do trabalho familiar, mas da renda da terra.

campo, por entender que quanto mais as pessoas convivem com a presença do pesquisador, mais confiança elas têm para falar abertamente e, conseqüentemente, te dará mais informações, o que enriquecerá ainda mais o trabalho.

Outra situação que julgamos interessante e não podemos deixar de mencionar, é a busca incansável dos autores que tenham discutido o tema da pesquisa, isso vai mudando a nossa forma de pensar e agir diante de muitas situações.

Esse processo de busca intensa que tivemos que fazer, dentro da pesquisa teórico-prática, foi enriquecedor para a vida como um todo. O crescimento é gratificante e a alegria de conseguir chegar ao objetivo final não tem preço. Espero que este seja apreciado por todos/todas que lerem e que acrescente algo para a vida e para o avanço do conhecimento.

Concluimos dizendo que foi tenso, mas incentivou a capacidade de pensar e entender a luta que muitos camponeses travam para não perderem seus direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A. *Identidade, distinções e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003.f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

BRASIL. INCRA/SEPROD/IDATERRA. *Assentamento Itamarati: uma proposta de gestão participativa, ecológica, social e econômica*. Campo Grande: INCRA, 2002.

CAMACHO, R. S. O Plano Camponês para a Soberania Alimentar e Energética numa perspectiva Agroecológica. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 9, n. 4, fev. 2015. Disponível em: <<http://revistas.abagroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/16391>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

DAVID, M. B. A; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. *Estud. av.* [online]. 1997, vol.11, n.31, p.51-68.

FABRINI, J. E. A posse e a concentração de terra no Sul do Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: UFMS, 2008.

IDATERRA. P.D.A – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati. *Órgão formulador*: Instituto de desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS. Ponta Porã: IDATERRA, 2002.

IRALA, C. S. *Potencialidades e Limitações da Atividade Leiteira no Assentamento Itamarati I*. 2009.107f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

JORNAL CAPITAL NEWS. *Agrotóxico provoca desastre ambiental no assentamento Itamarati*. Disponível em: <<http://www.capitalnews.com.br/rural/agrotoxico-provoca-desastre-ambiental-no-assentamento-itamarati/204402>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

LENHARO, A. A terra para quem nela trabalha: especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de história*. São Paulo: Editora Marco Zero, n. 12, 1986.

MARTINEZ, P. *Reforma Agrária: Questão de terra ou de gente*. São Paulo: Moderna, 1987.

NOGUEIRA, J. T. *Fronteiriços: diferentes territorialidades no assentamento Itamarati I – MS*, 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SANTOS, R. M. *A Soberania Alimentar e a Produção Camponesa como Negação da Fome na Velha/Nova Ordem do Capital*. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2012.pdf>> . Acesso em: 10 ago. 2018.

SALMAZO, J; NARDOQUE, S. *A educação no campo e evasão escolar no assentamento Itamarati – Ponta Porã (MS)*. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1347\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1347_1.pdf)> . Acesso em: 12 ago. 2018.

TERRA, A. *Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”*. Tese (doutorado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.